

coloca que talvez fosse necessário descrever exatamente o que está dentro da linha que pode ser visualizado nas imagens da poligonal. Acrescenta ainda que tudo que fosse tombado ficaria dentro da proteção rigorosa e assim delimitado pela linha vermelha, enquanto os demais menos rigorosos ficaria delimitado pela linha verde. O conselheiro Augusto Paiva questiona o coordenador Jober Pinto sobre a situação do prédio do professor Liberato de Castro se ainda permanece com características modernista e tem a resposta que está já foi bem descaracterizado, mas ainda tem traços modernistas e até mesmo na pesquisa do arquiteto Romeu Duarte, este mostra que este foi um dos primeiros prédios modernista de Fortaleza. Jober Pinto acrescenta ainda que considera o prédio importante para história de Fortaleza porque mostra a evolução do Colégio Marista. O presidente Magela Lima acrescenta que é interessante pra mostrar de através deste prédio de que forma a cidade crescia. O conselheiro Augusto Paiva falando da sua não concordância com o Plano diretor de Fortaleza, principalmente sobre a questão das da altura dos prédios que pode ser construído até 38 andares e que isso tiraria vista do prédio do Marista, por exemplo. Acrescenta ainda que seria interessante saber a taxa de ocupação de cada uma dessas áreas. O presidente Magela Lima coloca em votação o tombamento do Colégio Marista, porém o Prof Euler Muniz trás uma contraproposta quando pede a retirada do prédio modernista da área de tombamento rigoroso. Com isso, o presidente Magela Lima abre duas votações, onde a primeira delas é sobre a retirada do edifício do professor Liberato de Castro da área de proteção rigorosa. Ele pergunta pede para que quem estiver a favor se manifeste, mas ninguém se manifesta. A outra proposta a ser colocada em votação é a proposta da conselheira Águeda Muniz na definição dos desenhos das poligonais como na área em vermelho que aponta para um tombamento rigoroso onde deve se delimitar as edificações e o restante do entorno ficaria como entorno 1(um) onde estaria dentro da área verde. E todos concordam com a proposta da secretaria e conselheira da SEUMA. E por fim tem a pergunta final onde o presidente pergunta se todos concordam com o tombamento definitivo do Colégio Marista Cearense e por unanimidade todos concordam. O conselheiro Otávio Menezes fala que a SECULT recebeu o pedido para tomar o Marista a nível estadual, mas diz que por considerar mais importante para o município e pede a reitora que solicite a SECULT o arquivamento do processo a nível estadual. A reunião tem prosseguimento com a próxima pauta que trás uma sugestão de um decreto do Adote um Bem, onde o presidente coloca que este já foi apreciado em reunião passada, mas que foi solicitados algumas alterações que será apresentado a todos para referendar as sugestões e posteriormente ser encaminhado ao prefeito e sucessivamente para a aprovação na Câmara de Vereadores. Antes de iniciar a reitora da Estácio FIC pede a palavra para agradecer a todos que participaram do processo e falar do interesse da Instituição em fazer o possível para contribuir com a preservação da cultura e história de Fortaleza. Em seguida o Dr. Ronaldo Nogueira, assessor jurídico da SECULTFOR, faz a leitura do decreto e coloca as sugestões da Assessoria Jurídica para melhorar o instrumento. E assim ele vai lendo artigo por artigo fazendo as colocações necessárias. Há um questionamento sobre a questão da instituição privada e já feito o ajuste. O presidente Magela Lima fala que a ideia do Adote um Bem é a empresa ter uma vitrine no bem adotado, e cita o exemplo das bicicletas que a Unimed as utiliza como vitrine para ser vista por todos. Outras dúvidas foram sanadas durante a apresentação e após todas as alterações que serão realizadas pela Assessoria Jurídica, enviar-se-á novamente para todos os conselheiros e o decreto seguirá para o Prefeito para análise e aprovação. SUGESTÕES PARA A INSTRUÇÃO: 1. Inclusão da Igreja do Sagrado Coração de Jesus na poligonal; 2. Identificar dentro das poligonais as alturas máximas das edificações. ENCAMINHAMENTOS: 1. Fazer decreto do tombamento definitivo do Colégio Marista Cearense para a encaminhamento para o Prefeito. 2. Encaminhar a todos, por e-mail, Decreto final do Programa Adote um Bem Cultural e fazer encaminhamento do mesmo para o Prefeito para análise e providências. Nada mais havendo a tratar, o presiden-

te do Conselho, senhor Magela Lima, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e cinquenta minutos e, eu, Neysia Aguiar de Aquino, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 08 de janeiro de 2015. **Francisco Geraldo de Magela Lima Filho - PRESIDENTE DO COMPHIC E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA DE FORTALEZA. José Jober de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Euler Muniz - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. Augusto Paiva - MEMBRO TITULAR DO IAB - INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Otávio Menezes - MEMBRO SUPLENTE DA SECULT - SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. Águeda Muniz - MEMBRO TITULAR DA SEUMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE. Maria Clélia Lustosa da Costa - MEMBRO TITULAR DA IHGAC - INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. Maria do Socorro Araújo Câmara - MEMBRO SUPLENTE DA SETUR - SECRETARIA DE TURISMO DO CEARÁ. Antônio Osmidio Teixeira Alencar - MEMBRO SUPLENTE DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

*** **

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA DE FORTALEZA COMPHIC - 05/03/2015 - Aos cinco dias do mês de março de dois mil e quinze, às 9 (nove) horas e 28 (vinte e oito) minutos, na sede da SECULTFOR, à Rua Pereira Filgueiras, número quatro, Centro, Fortaleza/Ceará, foi realizada a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural - COMPHIC, da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR. O senhor Jober Pinto, Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Cultura, presidiu a reunião e, constatando a existência de quórum, deu início à mesma agradecendo a presença de todos e informando que o secretário Magela Lima chegará um pouco mais tarde, cabendo a ele conduzir os trabalhos. Leu a pauta da ordem do dia: Expediente: 1) Leitura e aprovação das atas de Novembro 2014 e Janeiro de 2015; 2) Eleição dos Conselheiros Titular e suplente para o CMPC - Conselho; 3) Apresentação da programação e conceito do Seminário do Patrimônio deste ano; 4) Aprovação da Instrução de Tombamento da Escola de Música Luis Assunção. Apresentou o senhor Adson Piniheiro como gerente de Educação Patrimonial e Pesquisa, e responsável pela organização e programação do seminário. Em seguida, propôs aos conselheiros uma mudança na ordem da pauta, devido ao senhor Adson precisar sair mais cedo. Com a concordância dos membros do conselho, foi dada a palavra ao mesmo, que começou explanando que o Seminário vem sendo construído ao longo do tempo, buscando uma melhoria no formato para discutir os problemas, e também soluções para os desafios do patrimônio desta cidade. Lembrou que no ano passado foi discutido o tema "Educação Patrimonial", e este ano propôs alterar um pouco o formato das instituições que farão parte das Mesas dentro do Seminário do Patrimônio, visto que elas vêm sendo feitas num formato muito acadêmico, trazendo especialistas para falar de patrimônio numa forma muito conceitual e não colocamos de forma clara experiências mais concretas, desafios mais aprimorados e experiência locais também. A proposta do seminário este ano é manter o seletismo do ano passado, manter a data do dia 14 a 16 de abril, que conforme Plano Municipal de Cultura deve ser realizado no aniversário da cidade. Como dia 13 de abril é feriado, preferimos realizar nos dias 14 a 16 de abril, para termos uma maior participação do público. A proposta é que seja realizado das 08h00min às 20h00min, por conta da programação, do deslocamento de livros e exposição que vai haver, mas ainda vai ser discutido. O local escolhido para acontecer o encontro é o Museu da Indústria, que é aqui perto do Passeio Público, pois é um prédio tombado e um local muito significativo participar porque é o tema central. Este ano vamos discutir o tema "Me-

mórias e Desenvolvimento Sustentável”; é pensar numa cidade que cresce, e que esse crescimento deve acompanhar a sustentabilidade cultural e das heranças que ela recebe, e também pensar em ferramentas de como o patrimônio deve estar inserido dentro deste desenvolvimento de uma forma saudável, e que ele é importante por que faz parte das referências culturais da cidade. Isto foi o que se pensou para este ano; talvez os critérios fiquem mais claros quando falarmos sobre as Mesas, mas a proposta é esta, no sentido de trabalharmos a questão das permanências e do crescimento dos centros urbanos, mas ao lado do patrimônio cultural. O primeiro dia do seminário é 14 de abril 2015, e a proposta é que se faça o credenciamento das 08h00min às 12h00min, tanto no BNB quanto no Museu da Indústria. Por que o BNB? Este ano ele está entrando como parceiro do seminário, e lá vão ser realizados os cursos propostos. No ano passado foi feito um curso muito bem sucedido, de Educação Patrimonial, que foi oferecido por um técnico do IPHAN de João Pessoa, na Paraíba. Este ano a ideia é que seja feito um curso voltado para elaboração de projetos, por que vemos a grande dificuldade das pessoas do Patrimônio Imaterial de escreverem projetos de captação de recursos para eles. Nós acompanhamos isto muito de perto quando participamos de uma das gargantas de seleção de edital de carnaval, festas juninas e a gente imagina que seja uma forma de ter a participação popular. Muitas vezes, saem editais e eles não participam por não conhecerem ou não ganham os editais por não saberem de certa forma se instruir para poderem conseguir estes financiamentos. A Mesa de abertura será às 14h00min, sendo que vamos começar às 13h30min por conta das apresentações. Esta primeira Mesa vai das 14h00min às 15h30min, e o título é “Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável das Cidades”, com o objetivo de pensar realmente nos conceitos, até por que a gente não abriu mão apesar de a gente estar tentando configurar um formato menos acadêmico se dá o crédito que é importante dizer o que vamos trabalhar durante todo o seminário vamos discutir os temas o que é uma cidade sustentável o que é patrimônio dentro desta lógica e a esta questão do que é planejamento urbano associado com o patrimônio cultural a gente vai trazer muitas experiências neste sentido; das 16h00min às 18h00min vamos continuar um diálogo que começou no ano passado junto com o IPHAN, que é do projeto “Mais Educação Nas Escolas”, que a prefeitura está organizando junto à Secretaria Municipal da Educação, para desenvolver projetos em comum e estes são conceito geradores, e a gente vai trazer muitas experiências já consolidadas dentro deste viés do “Mais Educação”, uma educação mais voltada para educação patrimonial visa trazer uma formação mais integral para estas crianças das escolas integrais e diversos temas de educação patrimonial é algo que é oferecido e o mais surpreendente é que no ano passado mais de 80 escolas no Município de Fortaleza aderiram ao programa voltado a educação patrimonial, então achamos interessante trazer esta mesa. Pra gente trazer uma ideia mais madura, trazer outras experiências voltadas para isto, não é a toa que convidamos a professora Vanessa, da UFC, que realiza um trabalho muito bacana lá em Aracati, com crianças, para o conhecimento da cidade. A gente vai trazer algumas ideias, e algumas experiências que se somarão com o que já existe na cidade. No dia 15, mantém o curso de 08h00min às 12h00min; às 14h00min, a segunda mesa redonda, denominada “Os Inventários como Metodologia para Preservação”. Nós entendemos o inventário como um importante elemento neste processo de se pensar as cidades sustentáveis e voltadas ao patrimônio. Nesta mesa a gente pensa em apresentar o resultado do inventário da cidade de Fortaleza. Neste momento o Sr. Jober fala que é a primeira fase. Adson então ressalta que são só dois meses, o que foi reunido também ainda não foi feito um convite formal, mas convidaremos o IPHAN daqui do Ceará para falar da experiência deles no Cariri, e também a ideia de inventário participativo com as comunidades nos bairros que usam este tipo de ferramentas. Teremos então um intervalo, e nestes intervalos teremos apresentações artísticas; convidamos os grupos da cultura popular para somarem ao seminário. Das 16h00min às 18h00min, teremos a mesa redonda intitulada “Registro à Polí-

tica de Salvaguarda”, e convidamos o pessoal lá do BPI do IPHAN para comentar um pouco como vem se desenrolando no Brasil esta política salvaguarda; a gente também pensar em experiências regionais, de registro e também propomos que os Maracatus participem desta mesa que agora com a regularização abrimos o registro dos maracatus o processo já está aberto, basta começarmos as pesquisas, e por isso pensamos em chamá-los para que eles possam compreender e dialogar conosco estas questões do por que registrar, o que vai estar se somando a vida deles ou não, a questão de registro também vai estar nesta discussão. Durante os dias 14 e 15 planejamos o lançamento de alguns livros: no dia 14 lançaremos a 2ª etapa da Coleção Pajeú, cuja 1ª etapa foi lançada no ano passado. Este ano vamos lançar mais seis livros e um livro infantil e, seguindo a proposta da coleção, de um bairro por Regional, escolhemos os bairros Aldeota, Aerolândia, Jacarecanga, Bom Jardim, Parquelândia e Benfica, que são os bairros mais antigos da cidade. O livro infantil, que vai tratar sobre o Parque das Crianças (Praça da Liberdade), é uma ideia que a gente está desenvolvendo para, aliado ao Plano Municipal de Cultura, tornar-se uma ferramenta que aproxime as crianças, para que elas compreendam esta questão da valorização do patrimônio e também para que conheçam os bens da cidade. A ideia é que a série continue. No segundo dia, 15 de abril, propomos um lançamento do IPHAN, uma coletânea que eles estão organizando. No dia 14 teremos ainda a abertura de uma exposição que vai ser realizada no Museu da Indústria, tratando um pouco das necessidades do patrimônio material e imaterial da cidade de Fortaleza. Dia 16 de abril, das 08 h às 09 h, estaremos entregando os certificados, visto que o curso já terá encerrado. Das 09 h às 12 h, dependendo da confirmação da pessoa que mediará os trabalhos, realizaremos uma Mesa, que tem como título “Investimento e Cidade Criativa do Patrimônio Cultural”, no sentido de ver algumas experiências bem sucedidas em parcerias de investimentos públicos e privados relacionados ao patrimônio cultural. Muito diálogo do assunto que veio ao conselho “adote um bem cultural” na questão de investimento o poder público sozinho não consegue cuidar de todo patrimônio cultural, quanto mais parceiros tivermos será mais interessante. E a última Mesa, que talvez seja a mais polêmica, chamada “Patrimônio e Desenvolvimento Urbano”; o que é que se propõe nesta Mesa? Vamos trazer o projeto “Brincante”, lá de S. Paulo, que tiveram um problema de demolição do prédio, houve toda uma mobilização das pessoas responsáveis pelo movimento da proteção e preservação, e partindo deste estudo de caso, vamos fazer um debate sobre o planejamento da cidade, vamos chamar órgãos ligados ao poder público, por exemplo, o IMPLANFOR a própria SEUMA e vamos encaminhar os convites a alguns especialistas na área; vamos chamar o Flavio Cartalazi a Nádia (esqueci o sobrenome dela), para fazer este debate que será a tarde toda das 14h às 18h e além dos órgãos de planejamento pensamos também em chamar o sindicatos das construtoras, como o SINDUSCON o SINDIMÓVEIS para dialogar junto conosco e também os membros do COMPHIC e convidado a participar desta mesa que é uma grande mesa de debate, não é uma mesa de formato muito acadêmico, vamos pensar como planejar uma cidade em que o patrimônio fique em evidencia, como o patrimônio surge dentro deste desenvolvimento urbano, então esta mesa de encerramento é uma mesa de debate, pra questionamento para amadurecimento de ideias, a proposta do seminário deste ano é esta. Adson diz que está aberto à sugestões; Prof.^a Ivone pergunta então se já tem definidos os membros que vão participar das mesas e debates, ao que o Adson responde que a ideia é que o conselho delegasse pessoas para mediar as Mesas, dando como exemplo a mesa de abertura, tivesse um membro do conselho pra ver questões, que provocasse questionamentos, mediar articulações entre os que compõem a mesa, tivemos o cuidado de chamar não só experiências locais como também nacionais, pra acontecer o debate, para não nos fecharmos em nosso mundo e não vejamos que há outras boas proposições. Jober diz então que o que existe hoje é um borrão com alguns nomes, alguns já foram contatados previamente para saber da disponibilidade, mas nosso interesse é em abrir

isto aqui para vocês, como o programa não está fechado, para receber sugestões de repente alterar alguma mesa ou indicação de pessoas para comporem estas mesas, pessoas que possam contribuir com o debate. Prof^ª Ivone diz que tem uma sugestão que cabe não só nas praticas educativas como também nos debate do espaço urbano, de ocupação culturalmente do espaço urbano, é a Prof^ª Regina Helena Silva UFNG que tem feito um trabalho muito interessante com jovens de comunidades carentes que ela chamou de cartografia da cidade, não se recordando exatamente como é o nome, é uma pessoa da qual tenho contato direto se for necessário se houver interesse pode pedir a ela que mande uma síntese de currículo para ser avaliado. Fala que é um trabalho muito bom, que até ganhou autonomia em algumas comunidades, deve ter este espírito de que é o engajamento da população que a gente precisa e ela ganha também uma autonomia no sentido de preservação e valorização da memória, este trabalho se encaixa na perspectiva do seminário e mais este trabalho não foi acadêmico, foi um trabalho de ação e intervenção na cidade. Jober então confirma o nome da professora, Prof^ª Ivone diz então que ela é historiadora, socióloga e formada também em Comunicação, e lida otimamente com tecnologias, acha que ela agrega uma série de possibilidades de discussão. Jober pergunta se alguém tem mais sugestões ou propostas para o seminário, ao que Prof^ª Ivone diz que ficaria mais fácil avaliar se já houver sugestões de nomes; Jober então pergunta ao Adson se ele está com a lista, Adson então começa a ler os nomes que já possuem, a primeira mesa a ideia é que fosse a Prof^ª Maria Cecília Londres e o Prof^º Leonardo Castriota da UFNG a Prof^ª Cecília, conhecida da gente na história; ela trabalha com tramites educativos e também muito com o imaterial, com as culturas populares, e o Castriota tem um trabalho muito bacana no Patrimônio Cultural e a Mobilidade Urbana e os dois são bem alinhados. Jober questiona se serão só dois na primeira mesa, Adson diz que sim por conta do período inicial, Prof^ª Ivone comenta que é até bom por que deixa lugar para o debate. Adson continua dizendo que na segunda mesa a tarde, que é a da educação, será convidada a Prof^ª Vanessa lá da UFC, que tem um trabalho lá em Aracati e também a Prof^ª Sônia Florêncio que esta acompanhando o programa "Mais Educação" pelo IPHAN, e agora também temos a Prof^ª Regina Helena Silva e também tinha se pensado na Jaqueline Mall que é ligada à educação a disposição do ensino médio e fundamental de tempo integral, ela acompanha também o processo do "Mais Educação", já convidamos e estamos esperando a confirmação, mas os nomes não estão fechados ainda. Jober fala que nas nessas mesas quer como mediadores ou compondo as mesas. A ideia que se integrassem os membros do conselho, que tivessem mais afinidade com um dos temas, mediar o debate conduzir a discussão. No dia 15 na mesa Os Inventários como Metodologia Para a Preservação seria o inventário de Fortaleza, o inventário que o IPHAN está conduzindo lá no Cariri e o inventário participativo do Bom Jardim, pesquisa de 2010 junto com o IBRAN que eles vão ver junto a comunidade para fazer este inventário, junto as memórias, inclusive fizeram um museu, e a equipe do inventário de Fortaleza, neste momento Prof^ª Ivone pergunta quem está coordenando a equipe do inventário de Fortaleza, e Jober responde que a coordenação central é de responsabilidade do CPHC e quem está gerindo de forma mais direta é o Sr Alenio, Adson volta a falar das mesas, a de Registro e Políticas de Salvaguarda é o pessoal do BPI do IPHAN, a Monia, ouvindo o Maracatu aqui de Fortaleza, e tem uma experiência muito bacana que foi premiada com o premio Rodrigo Melo que é um coletivo, Associação de Bazelê que é uma espécie de registro das memórias da comunidade, registros audiovisuais; pensamos neles mais por esta parte de registros, pensamos também no Passo Frevo, eles tiveram toda aquela mobilização para a campanha do frevo, a questão de reconstrução de prédios e políticas de salvaguarda do frevo em Recife. E na mesa Investimento e Cidade Criativa do Patrimônio Cultural estamos pensando em convidar o pessoal do "Adote um bem cultural", lá de Minas Gerais, alias já convidamos e estamos esperando o retorno e também o Renato Balbino do IPEA que é um economista que mexe com esta questão de

parceria público privado, PPP, para o investimento nesta área do patrimônio e a mesa de encerramento seria a Nádia e o Prof. Cartalazi que é um professor que discute esta questão do conceito de sustentabilidade cultural e que tem uma experiência de luta com esta questão das imobiliárias. Prof^ª. Ivone chama atenção que pelo que ela ouviu, teve a sensação que vai meio de encontro ao que se queria evitar, a presença muito forte de acadêmicos, Adson diz que eles vão falar dentro de um bate papo, que será apresentado o tópico, no caso, o Brincante, que vão apresentar os problemas que enfrentaram e dentro disto será conduzido o bate papo. Citou que uma vez foi visitar uma escola e comentavam a dificuldade de conversar com as imobiliárias e o diretor, que era arquiteto, disse que já tinha trabalhado no sindicato e que nunca tinha sido explicado para eles que isto é importante, eles veem o prédio como um prédio comum, às vezes somente um terreno, só que eles não sabem que o patrimônio torna muito mais valoroso, então está na hora, sempre os vemos como inimigos do patrimônio, vamos ver o que resultará desta conversa; Jober diz que esta compreensão de parceria é muito importante; Prof^ª Ivone diz que esta educação tem que começar é com a elite, por que ela é a principal destruidora do patrimônio histórico, tudo bem acho que são duas fontes da sociedade que são as mais drásticas, uma é a elite e outra as pessoas muito pobres, que são as que ocupam os mananciais, continua dizendo que a discussão de patrimônio tem que realmente focar todos os níveis e principalmente aquele que tem o poder de destruição maior, por que os setores médios da sociedade a destruição que eles fazem é muito mais o mau uso da distribuição do lixo, os outros não, agem intervindo e comprometendo mesmo a natureza e a convivência. Neste momento Jacó, diz que não compreendeu direito a última mesa, pergunta se a ideia é ser um estudo de caso. Adson responde, esta explanação do caso Brincante de S. Paulo e a partir do que eles forem percorrendo o que passou lá, Jacó pergunta quem é, Adson responde Antonio Nóbrega. Continua dizendo que a partir do tema que ele vai dissertar, vai abrir um espaço para falar baseado no que foi falado, vão então debater de acordo com a experiência de cada um com relação ao assunto, por isto precisamos de um mediador muito bom para controlar o debate. Jober fala que o formato deste último momento não está terminado; diz que já foi eliminado o último dia do curso, que a principio seria nos três dias, justamente por conta deste último momento, diz, referindo-se a mesa que ainda temos mesmo que o formato não esteja definido o PROVATUR que é um projeto de requalificação muito importante do centro de Fortaleza, para a gente ver como envolver todos estes atores, uma apresentação da recuperação do centro histórico de Quito, como outro exemplo, como outro case para discussão, a questão do planejamento do Fortaleza 2040 com o IPLANFOR e como é que o setor patrimônio entra nesta discussão, e aí como o Adson falou no início a participação do sindicato da construção Civil, corretores imobiliários, enfim, este dia de sexta feira é um dia de debate aplicado mas muito tenso, mas esta é a nossa ideia, mas como formatar isto não foi definido, Prof^ª Ivone sugeriu que desde o primeiro dia já com dados sobre estas questões que estão sendo discutidas com projetos ou acontecimentos de maneira que o público vá introjetando as questões e até problematizando, citou o Fortaleza 2040, que pode ser discutido no curso, desta forma todos já vão se familiarizando com os assuntos até chegar ao debate final, já que a perspectiva que está se dando ao debate final é que ele seja uma problematização dos assuntos apresentados mas também indicações de procedimentos, pelo menos eu entendo que deve apontar o que fazer depois deste seminário aprofundar questões sobre isto, encaminhar essa questão junto a tal órgão, fazer aquilo, o seminário deve apontar isto como conclusão e eu acho muito precário ouvir uma fala pontual, uma questão e depois propor? Acho que no espaço em que as pessoas estão transitando trazer estas informações que gere inclusive debate entre estas pessoas que vão circular. Jober fala que talvez tenha até um documento junto com o material do seminário, com o que concorda o Prof. Euler, que segue falando sobre a oportunidade que deve de participar desde o início do processo de restauro do Museu da Indústria,

comenta que na oportunidade tiveram uma reunião com empresários no próprio Museu da Indústria, com a intenção de sensibiliza-los, quem bancou o restauro foi o FIEC, então falar que aquilo é importante para a história de Fortaleza, do Ceará, falar que aquilo é importante para a sociedade, para o setor imobiliário e as construtoras gera significado, então construímos nossos cursos falando exatamente que o estado estava caminhando. Que isto fazia com que os proprietários perdessem dinheiro e que de fato queríamos reverter esta situação investindo na requalificação das edificações até na alteração do uso em que o uso inicial era incompatível, para que eles voltassem a ganhar dinheiro; Jober fala que esta é a ideia do PROVATUR. Prof. Euler diz que é a construção do discurso, Jober fala que eles já perceberam isto, pois quando foram a uma reunião no Museu da Indústria para fechar o local do evento, ao término da reunião, foi comentado sobre a carência de imóveis históricos na cidade, citaram a procura que tem tido para books, catálogos de moda, fotografias, é enorme, pelo prédio ter ficado muito bonito, muito elegante, então estão sendo procurados para filmagens, fotografias de catálogos. Eles estão vendo que tem como ganhar dinheiro, que agrega valor. Profa. Ivone diz que tem como ganhar dinheiro com o patrimônio, Prof. Euler cita que ele e o Jober viveram uma situação muito interessante na Espanha neste sentido, eles trabalham eles ganham dinheiro com o patrimônio, eles cobram pelo acesso, mas em contra partida cada imóvel daqueles deve escolher um dia da semana para visitação gratuita para o espanhol, para que o povo tenha a sensação de pertença, que ele tem, é importante para o meu país, minha cidade, criar este vínculo é muito importante para criar um Rito de Tombamento, não só de papel, por exemplo, estávamos conversando lá na faculdade quando fosse tombado ter uma reunião lá para dar o valor, a empresa, a faculdade que adotou, comprou, o bem e a cidade valorizando isto, esta ação não só o local como bloco onde vai acontecer o ensino, mas como a manutenção deste bem para as gerações futuras, eu acho isto importante, esta construção do discurso, vai fazer com que a gente tenha ou não a conquista... Jacó então dá a sua contribuição falando sobre patrimônio histórico e desenvolvimento urbano, acho que esta coisa de criar mercadorismo é facultado à compreensão das pessoas por que existe na sociedade essa Discussão, Jober diz, maniqueísta do povo do bem contra o povo do mal, Jacó conclui que não contribui para nada, continua dizendo o que eu acho que falta nesta questão de patrimônio histórico e o desenvolvimento é uma política pública para preservação por que o estado é meio contraditório em suas ações de política de conservação, primeiro é o pouco investimento na conservação dos bens histórico, estado tem suas leis de preservação e o próprio estado age contra elas, a gente vê que vários projetos do governo federal desenvolvimentista ele cobra como preço a flexibilização da política de preservação e também do patrimônio. Profª Ivone faz uma sugestão de fazerem um trabalho preparatório para o seminário, diz que o secretário é um homem da grande mídia, porque não pensarem em elaborar um caderno com artigos com discussões do Conselho sobre estes assuntos do seminário, já organizados da maneira como é publicado em jornais, seria organizado pelo CPHC, isto já como parte da comemoração do aniversário da cidade fazer esta preparação, estudo de caso, por exemplo, acho que valeria a pena já antecipar um pouco os debates que vão acontecer, isto é que vai atrair o público, estudantes universitários, pessoas do movimento popular, na medida em que eles se sentirem contemplados pelos debates que vão acontecer no seminário, diz que acha que é possível acontecer, o CPHC organiza e veríamos quais conselheiros se comprometeriam a produzir, colocar uma reflexão sobre o patrimônio. Jober sugere que se faça uma comissão do conselho para isto; Profa. Ivone questiona se não seria o CPHC responsável por organizar isto e Jober diz que em sua opinião é que seria mais interessante que tivessem um grupo de trabalho do conselho para produzir este material e dar os encaminhamentos; Profa. Ivone então sugere que se veja a opinião dos outros conselheiros quanto ao assunto e como se comprometem. Prof. Euler pergunta como seria feito esse material impresso e Profª Ivone informa que seria como

um encarte para publicação em jornais ou artigos. O jornal O Povo aceita artigos de outros profissionais, de outros intelectuais, enfim, os espaços na mídia vocês veriam como conseguir. Prof. Euler sugere que talvez até um dos apoiadores do evento, não sei se é o caso, poderia se materializar nisso. Acho muito interessante esta ideia, por que na realidade vemos as coisas sob uma perspectiva diferente, quando se fala em patrimônio o arquiteto vê os aspectos estéticos e estilísticos, quando se fala de mercado imobiliário ele vê quanto pode ganhar com aquilo ali, quando eu estava com um grupo de alunos visitando Alcântara, alguns alunos foram parar no hospital e o médico que estava atendendo tinha um referencial, se apaixonou pelo centro da cidade e perguntava como estava aquele prédio, e aquele outro ali; ele se envolveu pela paixão, então na realidade acho que são perspectivas diferentes, o patrimônio para muitas pessoas é a sua historia pessoal, como eu me relacionei com aquele espaço, com aquela edificação. Talvez isso pudesse fazer o recorte das perspectivas, parte da perspectiva para o historiador, parte da perspectiva para o arquiteto, fazer algo carpeniado com vocês, que pudesse contribuir para este jornal. A gente escreveria artigos, dentro das diversas perspectivas. Profª Ivone pergunta como pode ser feito, diz que tem que ver com o jornal qual o espaço eles tem para oferecer, dentro dessa ideia de se produzir não só conceitos, na verdade pautar a discussão de patrimônio histórico de cultura nos jornais na grande imprensa cearense, na semana que antecede o seminário, pra provocar, sei lá de repente no jornal de domingo do povo ou no caderno especial do Diário, tem que ver com os jornais que espaço eles cederiam, acho que eles ajudariam a dar formato, e informou que isso deveria ser feito logo. Jober achou muito interessante, Profª Ivone disse que ela mesmo poderia fazer este contato, mas que deveria ser visto logo para que numa reunião do conselho pudessem dizer, temos este espaço, poderíamos envolver o jurídico, tem discussões belíssimas, lembrou-se de um seminário do qual participou que havia um juiz do Maranhão que era um especialista em patrimônio histórico, um rapaz novo e que fez uma conferência belíssima onde ele falava pelo ponto de vista da lei como o patrimônio é essencial, porque qual o maior problema do Alzheimer pessoal? A perda da memória, porque você pode envelhecer como envelhecer, mas se perde a memória a pessoa está viva, vivendo alheia ao mundo; isso, do ponto de vista técnico, é muito fácil de compreender como a memória é essencial, nós não temos consciência do quanto se opera socialmente pela memória, é ela que dá os referencias do nosso comportamento no presente. É a memória que a gente aciona para enfrentar as situações. Eu acho que é uma discussão crucial que deve ser feita, pois quando falamos de cultura e patrimônio com certeza falamos de memória. Jober então ressalta que este é o tema do seminário deste ano, e Profª Ivone diz que foi ótimo terem colocado no plural ao que Jober responde que o "s" foi contribuição do gerente educacional. Jober perguntou se tinha mais alguma coisa a ser acrescentada e se não tivessem mais alguma sugestão, por causa do tempo, poderiam passar para a apreciação da instrução de tombamento. Profª Ivone diz que vai começar fazendo uma pergunta se sabem de quem é a propriedade deste imóvel, por que tem um impróprio, por que este processo ficou parado este tempo todo? Jober responde, para contextualizar este conselho, nós estamos fazendo um esforço de revisar, organizar a pilha de processos que tem aí, coisas que precisam ser sanadas, nesse processo de trabalho, e também provocados pelo pessoal do escritório modelo da Estácio que está desenvolvendo um trabalho na Escola de Música, a gente encontrou essa instrução que foi feita, como vocês podem observar pela data, numa parceria com a prefeitura, na gestão passada, junto com a UFC e que no final tem os créditos de quem participou deste trabalho, Prof. Romeu, Profª Margarida etc. É uma daquela leva de 16 instruções que foram elaboradas por esse grupo de trabalho. Por alguma razão, a instrução está pronta, mas ela não foi apreciada pelo COMPHIC. A gente foi ver as razões, consultamos o processo e tinha ficado parado por razão da notificação do proprietário, foi feito, não foi feito, então a gente sanou essa parte. Ele foi localizado, notificado, tem a assinatura dele. Teve

os 30 dias pra recorrer, pra impugnar e não o fez. Os prazos esgotaram e a gente trouxe pra apreciação do COMPHIC sobre o tombamento. Profa. Ivone diz só pra informar o conselho, o Jaime está separado da esposa, ela cedeu pra ele usar a casa, mas a propriedade é dela também. Jobber então diz que ele tem a procuração que diz que ele tem direito de responder pelo bem, Profª Ivone ressalta que foi pedido pelo Sr Jaime esse tombamento, até porque ele queria entrar com uns projetos em que valeriam pontos o bem ser tombado, acho que eram projetos do IPHAN ou no próprio ministério da cultura na época, Jobber diz que na última reunião que ele participou estavam a esposa, o Jaime e o atual marido dela; Profª Ivone diz que na época eles não participaram por este motivo o processo ficou parado. Jobber então diz que trouxe a instrução em formato pdf, e que seria então uma apresentação diferente da que foi feita no Marista e acredita que todos conselheiros receberam por e-mail. Essa instrução não foi elaborada pela nossa equipe, mas foi feito nesse convenio com a equipe técnica da UFC, tem a sinopse histórica, análise arquitetônica. Nós fizemos uma verificação, como a instrução é de 2007, junto com os dados da equipe do escritório modelo da Estácio pra ver se realmente alguma coisa foi alterada, e qual o real estado do imóvel, eu acredito que a gente pode partir daí. Jacó pergunta se há documentos em conformidade com a época, Jobber diz que se o conselho quiser ver depois, diz que a instrução está com as fotografias da época, mas tem as fotos atualizadas que batem com as anteriores, junto tem a justificativa do tombamento, o texto como vocês devem ter lido apresenta razões históricas, questões afetivas, de uso, como escola de música, utilizada por jovens da periferia, um equipamento cultural, próximo também daquela área do Parque da Crianças, Profª Ivone diz que já é um bem tombado. E tem mais uma coisa, é um conjunto de casas vizinhas a do Castelo Branco que a gente pelejou pra ver se o estado na época tombava, não sei se foi feito, que era pra reforçar, para ver se a Escola entrava pelo menos como área de entorno. Jobber disse que havia pensado em ler essa justificativa final e as recomendações, vocês acham necessário ou a gente para análise das poligonais propostas e votação? Profª Clélia pede a palavra, e diz que eles tem uma proposta de ajudar nos problemas que estão pendentes aqui; é uma iniciativa do grupo de trabalho, um trabalho de história, se encantaram com a Escola de Música, então fizeram um projeto, fizeram entrevistas, é uma iniciativa deles. Diz que quando procurado, o Sr. Jairo disse que se o prédio não fosse tombado, ele não teria mais como recuperar a escola e ele seria transformado em estacionamento. Prof. Altemar diz: Inclusive me deixa aproveitar, apesar de não estar na pauta, mas já que levantaram essa questão de virar um estacionamento. Eu moro vizinho ao prédio português, faço academia ao lado do prédio português e a pessoa que vende água pra mim informou que as pessoas que moravam lá já foram despejadas estão saindo de lá, pediram pra sair e eu estou começando a ver um processo de demolição na lateral do prédio português. Eu não sei como vocês estão vendo isso. Jobber diz que estão acompanhando, Prof. Altemar disse que gostaria que vocês vissem e se fosse o caso, não seria o fato desse conselho já começar a pedir uma maior intervenção, com vista da própria desapropriação do prédio se for o caso. Porque aquele prédio é um prédio de dimensão grande e eu acho que tem alguma secretaria ou algum órgão da prefeitura que está precisando de espaço. Profª Ivone diz que gostaria muito que a biblioteca Dolor Barreira fosse pra lá. Prof. Altemar diz, Já imaginou se a gente conseguisse isso. Já imaginou se a gente conseguisse fazer além na biblioteca Dolor Barreira um espaço dedicado a cultura Ibero-americana, já que a Praça Portugal foi uma coisa tão dilacerante nas nossas reuniões do COMPHIC. Acho que a prefeitura daria assim uma boa contrapartida à comunidade lusitana se ela resolvesse bancar essa desapropriação e fizesse dali uma biblioteca inclusive com recursos voltados a questão, eu gostaria que constasse em ata esta minha preocupação e depois se puder fazer fotos já que vocês estão acompanhando e também saber por que os moradores estão sendo tirados, tem algum projeto, alguma reforma ou coisa do gênero. Jobber então retoma o assunto do tombamento, dizendo que seguirão

o assunto da pauta e que depois podem falar sobre a casa do português passa então a palavra a Profª Clélia, que começa dizendo que fizeram toda uma pesquisa da justificativa e também uma leitura da arquitetura que vale a pena depois ser lido, tem imagens do bem mostrando as condições atuais que se encontra, fala que os forros estão deteriorados perdeu muito do madeiramento com cupim, paredes foram construídas relata que muito da estrutura mantém a originalidade, que o piso ainda é de carnaúba mas que em alguns pontos já foi substituído por outro material e que tem cupim, o escoamento é péssimo e as calhas estão precárias. As salas de aulas dele não tem a menor condição, Jobber diz que os instrumentos desafinam devido a umidade. Que tem umidade nas paredes, micro vegetações. Prof. Altemar diz que fica impressionado que ainda funcione a escola; Profa. Clélia diz que atualmente ele mantém aula de violão, teclado, flauta. Continua falando da escola e sugere que outras fachadas das casas próximas também sejam protegidas. Diz que ela já está dentro da ZPH, Profª Ivone parabeniza pelo trabalho e diz que esse é um belo exemplo de como a comunidade pode se mobilizar para contribuir com o patrimônio e com o poder público com as instituições privadas o cidadão, o interesse acadêmico transformando o interesse político. Prof. Euler pergunta, já pensou se tivéssemos as faculdades ajudando neste trabalho? Profª. Ivone diz, UNIFOR, UFC. Prof. Euler parabeniza pela ação, achei positivo. A Unifor já teve a oportunidade de fazer alguns, a Federal, vários. Deveria incentivar que as instituições trabalhassem de forma colegiada, acho que isso soma às próprias experiências, tentar criar um mecanismo que se socorram; isto acontece em áreas como o paisagismo; tem associações, acho que a gente pode criar algo positivo. Os novos profissionais nessa área, a Rendeira que foi fruto de trabalhos como este. Eu vejo esse tombamento sob vários aspectos; primeiro que eu estudei no IBEU quando era aluno do colégio militar, isso já faz mais de 12 anos. Meus alunos falam que é mais de 20, mas como 20 é maior que 12 então continua fazendo mais de 12. Eu lembro muito e que me deu até motivo, antes de fazer a cobertura, de conhecer o imóvel, era a música, então eu saía do IBEU, e ficava ouvindo, claro havia muitos principiantes, começava a ouvir, passava um tempo ali, ouvindo a musica, olhando para as moças, quando eu era bem mais jovem. Quando a gente ia visitar o prédio, vejo momentos muito importantes, pois temos poucos remanescentes da arquitetura residencial, o centro da cidade, no sec. 19. Acho importante também, não só do ponto de vista arquitetônico, mas é um investimento em arte, uma formação em música; precisamos muito disso. Vemos a dificuldade que temos de trabalhar nessa área de musica e arte, de dança. Nós mesmo na UNIFOR, estamos trabalhando a duras penas pra levantar essa vertente e é complicado, custa muito elevado, os interessados não tem recurso, na nossa instituição tem que ter sustentabilidade só da gente está tralhando com arte, na formação de músicos ou do canto mesmo que é uma forma diferente de musica, mas é musica, acho fundamental. É muito interessante pelo ecletismo, pelo porão alto, temos poucos exemplares também, assoalho de madeira ainda sustentado pelas linhas de carnaúba, que a gente vê que depois que entra a industrialização eles passaram a lapidar a madeira, então não tem mais a linha de carnaúba. Isso é típico da nossa região e da forma com menos recursos que foi construída a nossa arquitetura residencial então isto é importante. Não sei como está o ladril do subsolo; Profª Ivone diz que não tem mais, Prof. Euler diz que é a imagem que ele guarda na memória, da entrada a gente via o ladrilho no porão alto, pelo jeito tem muito comprometimento parte de instalação elétrica pelas imagens vistas e fico preocupado com a chuva, com o que aconteceu na semana passada com questão da cobertura, vi vigas com madeiras posterior que estão separadas; teria que ter uma ação imediata. A única ressalva que eu faço, sou a favor ao tombamento, a única preocupação é com relação a poligonal, como foi definida? Por que a poligonal foi definida daquela forma? Quais suas ações? Por que muitos dos bens que estão ali em volta, de um a outro extremo do quarteirão estão totalmente descaracterizados, tem algumas lojas, não vejo razão, as vezes é melhor redefinir a poligonal pra que exatamente a reação dos proprie-

tários não seja tão intensa, que eles entendam porque que aquela poligonal foi definida daquela forma, é isso que eu teria a acrescentar ao apresentado. Prof.^a Ivone reafirma a importância da ação do grupo de estar fazendo isso eu acho que é uma forma inclusive da cidadania estar contribuindo efetivamente para a discussão e a própria preservação do patrimônio vendo aquilo que cada um pode fazer, eu fico muito feliz e se isso for concretizado, seu Jaime vai ficar muito feliz. Ele procurou muito a gente, eu fui muitas vezes lá e era uma coisa muito ruim, deixar parado. Ver que se tinha uma instrução pronta e que tinha um problema legal e que não podia correr o risco de se desgastar. Então a minha pergunta é: essa proposta da Estácio será agregada ao processo? Como contribuição, ela vem compor o processo, para justificar. Em relação a poligonal eu tendo a concordar com o Eudes, porque tem sido muito problemático esse tipo de definição. Então se a gente consegue que as casas vizinhas que ainda tem, pelo menos as fachadas perfeitas a gente cria um destaque no meio da confusão, agora, a par disso deve-se verificar se por trás daquela fachada que tem, que a maioria foram apostas posteriormente, se não tem realmente uma fachada antiga, e ajudar os proprietários, estimulando com os mecanismos que as prefeitura tem, que eles limpem as fachadas, um pouco como foi feito no centro de fortaleza que era muito mais um estímulo fiscal, de não cobrar o imposto, recuperou-se muito da fachada da Praça do Ferreira. E hoje, então fazer isso, liberar imposto pra ele retirar e recompor a fachada original e quiçá isso tenha a obrigatoriedade de área, eu acho que aquele prédio onde funciona a ABCR a fachada tem muito do original, apesar deles terem feito muitas interferências, mas pelo menos a fachada dela, da casa do Castelo Branco a gente tem que redigir um conceito de patrimônio do Estado, que deu uma recuperada ali, que ela é uma propriedade do Estado. Prof. Altemar pergunta se ela foi tombada, Prof.^a Ivone diz que acha que não, mesmo que ela ainda não tenha sido tombada, mas pelo menos a fachada dela, se ela fica nessa área de entorno, então isso aí a gente já cuidando pelo menos da fachada já faz uma pressão em contato para que o Estado faça o resto da edificação, porque reforçaria a própria preservação, porque vamos dizer assim, tomba-se o imóvel, consegue-se o financiamento, trata-se do cupim da escola, mas se o cupim esta na casa da vizinha ele vai continuar enchendo o saco, infelizmente e causando problema tem que ser uma intervenção para além do imóvel na minha opinião. Conclui dizendo que também concorda e fica feliz por estar dando sua contribuição. Jober passa a palavra para Jacó, que diz, voltando a questão da poligonal, primeiro, estamos tratando da poligonal de entorno e não da poligonal de tombamento; a proposta que tem na Instrução de Tombamento é menor que a poligonal que a prof.^a trouxe, na proposta do trabalho. Prof.^a Clélia diz, aquela que a gente marcou foi com relação as fachadas, até onde tinham fachadas de interesse diz que na recomendação a poligonal foi para a limitação desta manutenção das fachadas, não para o tombamento do prédio. A primeira coisa que precisamos fazer, porque já existe a poligonal de entorno do Parque da Criança e acho que seria bom que estas poligonais conversassem, por exemplo se a poligonal do Parque das Crianças já está incluindo a casa, talvez uma mantenha os mesmos limites e a outra sendo um pouco menor. Outra coisa que acho é que precisamos ter cuidado com o que a gente recomenda para ser tombado e o que se recomenda para ser entorno, por exemplo, a gente trata no entorno a questão da limpeza da poluição urbana por que é da natureza do entorno preservar a ambiência, agora quando a gente começa a tratar o prédio não tombado como tombado, acabasse incorrendo numa coisa que as pessoas do setor jurídico não aceitam, que é você tratar um prédio que está no entorno mas que não tem na essência pelo menos até que ele mesmo seja tombado, de proteção por si, na realidade ele tem proteção em atenção ao bem que tombado, então a recomendação do entorno tem que ter em vista pelo menos o aspecto de que neste processo aquele bem não tem proteção por si. A importância dele está vinculada a que ele não cause nenhum tipo de interferência da paisagem que está no entorno do bem tombado, quando a gente começa a dizer que as fachadas tem que ser

preservas por uma questão de estilo, é uma situação que a gente enfrenta estas contestações e que não tem apoio na área jurídica; estamos transgredindo o conteúdo do entorno; a gente está entrando no mérito daquele bem, então a gente precisa pensar no tombamento daquele bem, mas o que nós poderíamos limitar naquele entorno? o gabarito por que sufoca o prédio tombado, você está perdendo boa parte do que a gente chama de ambiência, a poluição visual vai de encontro à preservação e alguns outros aspectos agora tudo tem que ser usado num limite. E assim, com relação ao tamanho, até pode ser maior desde que você setorize a área do entorno, porque provavelmente dentro da área de entorno você vai ter situações diferentes, lugares em que a gente vai atacar muito fortemente a poluição visual porque esta ali do lado do prédio e as mais distantes você vai ver assim um prédio muito alto que interfere no paisagismo do bem tombado. Então eu confesso que talvez a questão da poligonal a gente tem que ver ao menos se o bem esta dentro da poligonal. Prof. Altemar pergunta: você esta propondo uma diminuição da poligonal? Jacó diz que quando viu a poligonal achou ela bastante viável. Eu queria seguir neste mesmo estilo por que eu não conheço muito bem a área. Prof. Altemar, mas deixa-me interromper pra te dar uma informação, inclusive porque na esquina é um supermercado e uma loja de eletrodoméstico. Aqui atrás tem um hotel e aqui tem outro prédio comercial, estou simpático a ideia de a gente pensar nisso direito, se fosse o caso até pensar na redução da poligonal porque isso aqui está descaracterizado não tem como a gente recuperar ou fazer uma coisa aqui. Jacó fala que o papel da poligonal não é manter um prédio preservado, por exemplo, manter 10 andares, acho que quem fez a poligonal entendeu que esta parte tem uma horizontalidade; achei bem restritivo manter prédio de dois pavimentos, achei esta parte bem restritiva para o centro de fortaleza pelo que eu vi, dei uma olhadinha rápida nas fotos é uma parte predominantemente horizontal, mantendo até a esquina esta estruturação baixa, para mim foi esta a interpretação básica que tive dessa proposta porque a gente sabe que na área de entorno pode haver prédios descaracterizados. Prof.^a Ivone falou: Eu só queria lembrar o seguinte: o Parque da Criança foi tombado e não teve instrução de tombamento, foi decreto do executivo, então não tem um estudo. Jacó fala que comentou por que na instrução fala na área de entorno do parque, Prof.^a Ivone diz que já é o estudo propondo, não tem instrução, é só o decreto. Prof. Altemar questiona, eu tenho uma preocupação do que a gente vai limitar nessa poligonal. Prof.^a Ivone diz que queria informar, não sei se o Jaime informou isso, mas se não me engano o Romeu fez um projeto, uma escola de música, muito bonito. Não sei se ele esqueceu Jacó disse que acha fundamental deixar aqui uma recomendação que é a regulamentação da área de entorno, por que não dá pra gente deixar como tudo vai ficar a área de entorno. Definida a área de entorno, então que deixemos uma recomendação que a primeira atividade após o tombamento seja a regulamentação da área de entorno Prof. Altemar além do plano diretor? Jacó, diz você pode regulamentar pelo menos é o que o IPHAN faz a regulamentação das áreas de entorno, faz o decreto com as recomendações e apresenta para o conselho, aí é que está no momento que deixamos registrado no tombamento estamos interferindo no urbanístico da área; é melhor que a gente deixe de uma maneira um pouco menos genérica, ou uma recomendação tão simples assim passe pelo setor jurídico da prefeitura e passe pelo conselho; para mim vai funcionar muito bem. Jober questiona o Dr. Vitor, responsável pelo departamento jurídico da SECULTFOR. Dr. Vitor responde que, por uma questão formal, pede autorização para falar, dizendo que quer primeiramente endossar as palavras do Jacó na questão do entorno, é claro que entorno de bem de área tombada. Inclusive o IPHAN tem um material muito interessante falando sobre a área de entorno e suas limitações, lembrei-me de um exemplo que eles colocaram em termos gerais que eles tentaram preservar as fachadas limitando o gabarito, porque limitaria e inibiria novas edificações. Mas até nos tribunais eles entendem que a ambiência não poderia impactar sobre algo ou objetos jurídicos de tombamento. Se a gente quer preservar uma casa tem que entrar

com um processo de tombamento para proteger esta casa. Por que hipoteticamente se pessoa quiser fazer uma nova fachada que fique agradável à ambiência isto será feito A própria produção do entorno nas instruções, usando como exemplo o Colégio Marista, não sei se o Jober comentou mas nós finalizamos o processo do Marista. No decreto do Marista nós mencionamos na introdução as limitações da área do bem tombado e as limitações da área de entorno, foi colocado naquele instrumento porque o conselho decidiu assim eu tenho a plena compreensão que nós podemos colocar isso no decreto. Mas claro em cada caso específico deve ser analisado de forma própria, tem um pouco deste poder permissionário para se consultar e algumas considerações do conselho sou simpático a se dispor as orientações no decreto por que é algo que o conselho faz. Prof. Altamar diz que efetivamente a gente pode fazer essa questão de regulamentar isso. Isso é poder nosso? Não teria que passar pela câmara municipal? Pelo que eu entendi é como se a gente dissesse: pode ter quatro andares, cinco andares os prédios. E isso não é definido por um Plano Diretor, uma coisa maior? Vitor responde, existe a legislação urbanística vigente, decidiu por orientação, as restrições ao bem tombado tendem a ser cada vez maiores. A gente vai utilizar a legislação urbanística e a legislação do Patrimônio Cultural que é a nossa lei pra permitir que se coloque as restrições para o nosso lado, isto não é viável por que para algumas restrições, neste momento Profª Ivone interrompe diz que tem mais um dado que é o ZEPH. Prof. Altamar disse que isso poderia ser feito pelo corpo técnico do COMPHIC, que poderia fazer essa proposta e apresentar junto com a Instrução no processo de Tombamento. Vou perguntar tudo. Jober pergunta ao Dr. Vitor se o Decreto de Tombamento prevalece sobre a legislação urbanística. Acredito que não, foi a resposta. Jober diz que no centro, por exemplo, admite-se até 90 metros de altura. A poligonal admite até dois pavimentos. E aí? Vitor diz que é uma limitação a mais, tá sobrepondo, Jober diz a última habilitação 90 m, quem tá limitando é a lei de tombamento, Vitor diz, partindo do princípio da máxima proteção ao patrimônio, Jober pergunta qual prevalece, como resposta dizem a mais restritiva. Jober diz, qual o problema que a gente está encontrando aqui, pegando justamente o que o Jacó falou, é que a grande maioria das instruções coloca no texto, entre as recomendações: estabelecer posteriormente critérios e tópicos pra gente analisar aqui, não tem onde se agarrar, então o que estamos fazer no caso Marista? É já definir e esperar que saia no decreto de tombamento. Todo dia chega um caso aqui, chega um construtor, a gente pega a instrução e tem: definir posteriormente o gabarito, como é que eu vou dizer para o cara que ele só pode construir quatro pavimentos? Jacó diz que é melhor que saia no decreto, mas eu não vejo problema, este é um trabalho técnico, não vejo problema que saia como regulamentação, não sei se tem uma portaria da secretaria ou um decreto mesmo, mas que tenha uma regulamentação do tombamento, não acho que seja incompatível, Ivone diz, uma regulamentação da lei não é? Jacó diz, sim, do tombamento. Prof. Altamar questiona se essa questão da regulamentação do processo de tombamento não esta sendo feita por aquele grupo de trabalho? Era para discutir a equalização e a regulamentação do processo de tombamento. Profª Clélia pede a palavra e diz que um problema que se encontra aqui nos processos de tombamento é que não se diz o que está sendo tombado, tem que ver se é fachada, é volumetria, é total, não se pode fazer um projeto sem dizer o que vai ser. Jacó diz que realmente deve ser bem específico. Profª Ivone, eu fiz como Augusto depois de ser feita a instrução de tombamento, uma vistoria lá no IMPARH e a gente deixou bem claro o que estava sendo preservado, o que deveria ser recuperado e o que já estava perdido. Jober pergunta onde isso aparece? Profª Ivone responde no parecer. Jober então comenta que no decreto aparece somente tombado o edifício do IMPARH. Quando chega pra gente analisar o caso concreto o parecer não tem poder. Prof. Altamar comenta sobre um trabalho acadêmico que fez de um Projeto de hospital vizinho à Santa Casa e realmente não descobriu qual a limitação da poligonal, aí se orienta os alunos pra não concorrer com o prédio, mas assim é tudo muito solto, não tem definido o que

pode e o que não pode. Prof. Euler pergunta se os processos não ficam guardados em um arquivo na secretária, e questiona se não seria o caso de abrir os processos para ver. Jober diz que sim, mas o problema é que se abre o processo e lá tem a recomendação genérica, e cai para quem bater o martelo? Nós? E como é que vou dizer para pessoa se ela pode construir com quatro ou cinco pavimentos, ele vai dizer é você que decide isto, assim conversando? (está sendo discutido a dificuldade de ter os processos incompletos para serem analisados. Sobre não encontrarem na legislação algo que defina os limites para terem o parâmetro). Tem essa informação genérica, aí cai para quem decidir? Jober diz, pois já derrubaram vários daqui, porque a gente dá a nossa opinião, e o cara pega o peso da lei, do decreto e diz aqui não está especificando se eu posso quatro ou cinco pavimentos. Profª Ivone diz que geralmente os pareceristas definem o que está concordando que seja tombado; Vitor diz que o problema que estamos buscando recuperar é o estado de direito, é questão da duplicidade, é muito difícil para o poder público quando nós temos um decreto que fala o bem foi tombado simplesmente, por que segundo a nossa lei tendo a instrução, o conselho vai aprovar e encaminhar para decisão final do prefeito, ou seja, quem permitiu que aquilo fosse um decreto não fica claro que aquilo ali está protegido; nós temos que trabalhar para que nosso documento dê argumentos precisos. Só assim vamos ter a garantia de que aquela decisão vai ser reconhecida. Profª Ivone comenta que na época nos baseamos na legislação do IPHAN e do estado, e na do estado dizia que ia para apreciação do governador decidir sobre o tombamento ou não. E a gente terminou deixando neste nível porque não tinha outra base que pudesse ficar, eu acho que é isto, a experiência vem demonstrando como foi feito. Vitor então diz, que o jurídico está preocupado com isto, e que estão em processo continuo de regularização e os nossos advogados estão empenhados em conhecer melhor os processos e juntos tornar os processos atuais ainda mais protegidos. Jober diz que, só a título de informação, do que a gente está fazendo agora: está terminando essa semana um processo de seleção de arquitetos e historiadores para um programa de regularização desses processos. Como a gente não tem muito tempo, não sabemos se vai ter continuidade, tem que aproveitar o que a gente tem, então o que a gente vai fazer com isso que já está garantido essa equipe de trabalho. Nós estamos pegando todos os processos que só tem o decreto, uma frase e deram entrada no diário oficial. Então a gente ao invés de fazer a instrução completa por que não se tem material e nem tempo para finalizar estamos indo para a parte de recomendações com esta equipe, tentando definir de forma mais clara possível a poligonal e as recomendações, trazem obviamente para o conselho todo esse material e tentar colocar isso em forma de decreto, fazer uma portaria, uma resolução que tem um peso, uma vez foi trazido pra cá, não sei se foi na tua época, a questão da Maurício de Nassau, de abrir pra eles como negócio. Eles estavam construindo do outro lado um prediozinho, foi até eu e o Romeu que fizemos a análise, até que altura poderia ser feita a edificação, de modo que não comprometesse. Então a gente analisou de outras perspectivas, do passeio e definimos a partir disso que até cinco ou sete pavimentos não impactava de maneira, em nenhum momento eles conseguiram de forma a viabilizar e não comprometer o que foi tombado. Profª Ivone comenta que lá na Maurício de Nassau a gente exigiu a manutenção na integra da igreja, mas eles demoliram às escondidas. Prof. Altamar disse que mesmo que se aprove a instrução como foi colocada, ficando atento à orientação do Jacó, que a gente junto faça uma regulamentação da área de entorno. Então isto é possível? Foi respondido que sim. Isso significa que atrapalha a gente aprovar isso agora? E veríamos então essa questão da regulamentação na próxima reunião. Jober diz que, na prática, é como tem sido feito até hoje. Prof. Altamar disse: não sei se é melhor a gente tomar primeiro e colocar a proposta de resolução para a próxima reunião? Jober diz que nesse caso concreto com a instrução já montada dessa forma, acho que essa sugestão é perfeita. No futuro o que se espera é que quando venha para o conselho já venha com todas essas definições, que é para não ter posteriormente que se regula-

mentar. Profª Ivone sugere que se tenha inclusive o técnico da própria coordenadoria para orientação do conselho e continua dizendo que na instrução tem uma área de entorno e no trabalho da equipe da Estácio tem outra, temos que definir qual fica, e Jobber diz que precisam fechar como esta também a questão da poligonal. Prof. Altemar, pelo que eu entendi dentro dessa preocupação com regulamentação a gente pode manter esse entorno da poligonal. Jobber pergunta a da instrução? Prof. Altemar responde que sim. Jobber, com relação às recomendações, Jacó sugere que já seja colocado o teor do tombamento sim, o que está sendo tombado da edificação. Prof. Altemar diz, e também assim, se vai compor no processo da contribuição da instituição é bom ver se alguma coisa conflita, O que a gente está votando é isso aqui, fica em contribuição ao processo, se houver algum conflito vai valer o que está aqui. Jacó sugere que vejam as duas recomendações e decidam o que vai valer; todos concordam. Jobber passa então a ler as recomendações. Recomendações da instrução original de 2007: retirada da comunicação visual excessiva da edificação e do seu entorno imediato e implantação de materiais adequados, em dimensões materiais, cores e fontes, segundo o projeto de sinalização urbana, especialmente elaborado para o setor urbano em questão. Valorização de imóveis vizinhos preservados, tais como a ABCR e casa natal do Marechal Castelo Branco, através da recuperação de suas fachadas e de seus elementos arquitetônicos e da aplicação de adequado tratamento cromático. Prof. Euler interrompe e sugere que seja feito o tombamento dos dois imóveis, muitos concordam. Jobber continua, Integração da poligonal da área preservação do parque da criança, logradouro já tombado em âmbito municipal. Profª Ivone questiona se já foi feito a área de entorno do Parque das Crianças? Jobber diz: do entorno? Eu acho que não. E continua definição de um gabarito máximo de dois pavimentos para novas edificações que vieram a se implantar na vizinhança do imóvel a ser tombado. Prof. Euler questiona, porque dois? e você tem na poligonal prédios que estão com a fachada para o outro lado. Será que ai também seria dois? Jobber diz que ele entende que já é dentro da área da poligonal. Prof. Euler diz que dentro da área da poligonal já tem prédios com mais de dois andares, a não ser que a lei sirva para frente, sem retroagir. Foi respondido que valeria apenas para novas edificações. Tem alguns com três andares, e seja já tem, por que outros não podem ter, e aí como se resolve este problema? Jobber diz, eu entendo que foi feito um estudo técnico. Os que tem três é uma área que não está, Jacó interrompe dizendo que acredita que foi feito uma média, e diz que colocar dois pavimentos não é muito incerto, pois pode ter um pavimento de 7 metros e aí? Eu colocaria isso aí pra uma regulamentação posterior e analisaria qual é a situação, três pavimentos ou quatro, ver os impasses, até criar zonas como foi feito no Marista seria Zona 1 e a outra seria Zona 2, com a fachada pra outra via. Jobber diz seria uma alteração no texto dessa instrução, retirando a indicação de dois pavimentos e indicando uma regulamentação posterior. Execução de serviço de conservação, restauração e adaptação do imóvel, segundo proposta técnica apresentada a direção da escola de música e ao departamento de patrimônio histórico, a serem financiados por programas de fomento. Prof. Altemar diz que é totalmente favorável ao que foi dito, até por que é uma recomendação. Profª Ivone fala que toda essa proposta, todo esse encaminhamento foi com o intuito de qualificar pra conseguir apoio institucional para a restauração da escola. Prof. Euler diz que não sabe se do ponto de vista jurídico podem recomendar que tivesse apoio de um financiamento; Prof. Altemar diz acreditar que sim, por que é somente uma recomendação. Jobber lê, a serem financiados por fomento. Profª Ivone diz que não cita financiamento público. Prof. Altemar diz que a proposta é boa porque amplia, mas o fato de você colocar que a prefeitura seria a principal entidade a ser responsável por isso, não fere não. Prof. Euler comenta que não sabe se faz parte das atribuições, das nossas competências fazer isto, Vitor? Jobber fala a respeito da dúvida que tem, eu desconheço essa proposta técnica, então a gente está assinando no escuro uma recomendação segundo proposta técnica apresentada. Quem elaborou a proposta técnica? Romeu? E ele é o coordena-

nador da instrução de tombamento, como é que o elaborador da instrução coloca que "recomendamos o restauro segundo a proposta técnica tal" direcionando para aquela proposta. Prof. Altemar questiona qual é a proposta efetivamente? Jobber responde, pelo que eu entendo tem um projeto, o projeto de recuperação do imóvel? Profª Ivone diz ter visto este projeto, Clélia sugere que faça um novo projeto. Prof. Euler diz que não é necessário, só acha que não deve ser colocado a questão do financiamento, fazer um serviço de conservação e restauro é pertinente, pronto. Profª Ivone diz, que não vincula a proposta técnica a nada. Jobber coloca que é meio redundante, por que a partir do momento que tomba o proprietário tem a obrigação legal de conservar e manter o bem, então eu estou recomendando executar serviço de conservação. Prof. Altemar, bom, qual efetivamente é a proposta? Jobber, minha proposta, como membro do conselho, é retirar isso do parágrafo. Prof. Altemar, todo o parágrafo? Neste momento discutem se deve ou não prevalecer. Jobber sugere que fique assim: execução de serviço de conservação, restauro e adaptação do imóvel; Profª Ivone e Prof. Euler concordam, Prof. Altemar questiona se o que foi colocado pela Clélia não é pertinente? Quando isto consta fica mais fácil conseguir financiamento? Euler, o problema é entrar no processo e alguém arguir que o departamento aqui está excedendo as suas funções, exigindo financiamento. Jobber, eu particularmente não me sinto confortável em recomendar uma proposta que eu não conheço. Profª Ivone diz ter falado nela acreditando que ela estivesse no processo. Altemar, então fica, como conservação, restauro e adaptação do imóvel, é isso? Jobber então fala que as recomendações da instrução terminam aqui. Altemar, podemos então olhar a da Estácio. Ivone, não cabe aqui uma recomendação de entrar em contato com o conselho de preservação do estado pra ver a questão da casa do Castelo Branco? Ou não é necessário? Seria bom o conselho se posicionar sobre estas questões, para a secretaria poder avaliar se os bens citados devem ser também tombados. Jobber, há uma proposta de expansão da poligonal que em principio ficou definido que vamos manter o que está na instrução original, de 2007. Recomendamos estudos posteriores. Neste momento conversam um pouco mais sobre os imóveis citados, falando sobre o comércio que existe ali. Jobber, recomendação da poligonal complementar à proteção da ZEP, no cruzamento das ruas Pedro Pereira e Assunção, incluindo as fachadas dos quatro lados do cruzamento, finalizando com a inclusão na poligonal da Rua Assunção, 89. Bom, isso é uma coisa que vai ser vista posteriormente com a poligonal. Recomendações: a definição do nível de tombamento na categoria fachada e volumetria, aquilo que a gente discutiu. Realização do projeto arquitetônico, aqui deixa aberto a confecção do projeto cultural para captação de recursos através do meio de incentivo a cultura, de forma a possibilitar a execução do projeto arquitetônico. O acréscimo da poligonal existente de acordo com a ZEPH Centro, expandindo aos bens com valor de preservação de fachadas do seu entorno. Aqui entra naquele problema de poligonal de engessar as fachadas extrapola. Realização de projetos para a Regulamentação de identidade visual das fachadas dos bens inseridos nas quadras, Altemar comenta que é muito bom a parte de projeto cultural, e pergunta como é que a prefeitura apoiaria isso aí? Jobber diz que teria que ver com as instituições porque é um bem privado. Jacó diz que ele tem que ter um projeto próprio; Euler diz que é uma ação do proprietário postular isto. Profª Ivone diz que a Secretaria de Cultura do município tem como dar apoio técnico para que ele faça isto; Altemar diz que está somente querendo esclarecer e Profª Ivone diz que o conselho recomenda a Secretaria que tenha uma especial atenção aos bens tombados. Neste momento conversam sobre qual a melhor forma para solicitar que a prefeitura apoie esse projeto, assim dariam atenção especial, por que teria a chancela do conselho, por que estão pedindo que a prefeitura apoie, no caso de desempate esta recomendação valeria. Jobber: Senhores, essa é uma proposta que não é oficial, digamos, foi proposta pela Estácio. A instrução que a gente acabou de ler e refletiu sobre ela foi aquela anterior. Eu sugiro a gente ler o texto completo e depois, de acordo com o interesse de cada um, colocar o que o conselho sugere naquele pará-

grafo da instrução a ser aprovada. Só pra terminar aqui a leitura: a regulamentação de gabaritos especiais para áreas de proteção considerando, no caso, gabarito máximo de dois pavimentos, ou 7 metros de altura máxima, construídos no seu entorno na área de poligonal proposta. Isso aqui mantém o mesmo texto da anterior, mas especifica, o que é interessante, a altura. A concessão de redução de imposto IPTU, vinculado a preservação do patrimônio, conforme decreto. Isso também é redundante por que é um direito do proprietário, né? Só que eles não sabem. Prof. Altamar diz que não vê nada que não possa entrar no que foi lido. A não ser a questão da poligonal. Euler diz: acho que está fora é a questão do projeto cultural. Jober comenta que tem um choque de texto aqui, por exemplo, a realização de projeto arquitetônico para o restauro do bem objeto para a preservação, no outro tem executar serviço de restauração, Altamar diz: mas nós não tiramos, Jober diz que não, ficou até preservação do imóvel. Os conselheiros debatem como deve ficar o texto e decidem tirar o da instrução ficando o proposto pela Estácio. Jober diz então o tombamento do bem, só pra não restar dúvidas, é do imóvel completo. substituição desse parágrafo. Definição do nível de tombamento já foi definido o que deve entrar no texto Altamar deixa claro, e que deve constar em ata, que a contribuição é da faculdade Estácio, e que os conselheiros estão pegando essa contribuição e a cópia do processo para mostrar que a titularidade dessa ideia que esta em discussão. Jober, esse parágrafo que foi objeto de discussão fica tal qual no outro texto oficial? Altamar sugere que seja colocado apoio ao projeto cultural; Jober argumenta que devem definir a quem estão solicitando apoio ao proprietário, à secretaria, por que estão fazendo o tombamento do bem, e devem deixar claro, a quem estão solicitando o apoio. Os conselheiros então debatem como se deve colocar no texto, decidem por apoios governamentais a projetos culturais. Jober, acréscimo da poligonal, isto entraria? Euler diz que fica para posterior; Jober diz então este parágrafo não entra. A realização de projetos para a regulamentação da identidade visual das fachadas dos bens do entorno? Novamente os conselheiros debatem como deve ficar no tombamento e decidem manter o que esta na instrução do processo, mas recomendando que retirem a poluição visual. Prof. Euler diz que as grades que foram colocadas não impactam tanto, mas os toldos eles comprometem muito a visualização do bem e também devem ser retirados. Jober pergunta, com relação ao gabarito: a gente acrescenta os 7 metros de altura, prof. Euler fala que tinham decidido pelo estudo e Jober concorda e fala sobre a isenção do IPTU. Conversam então sobre o tipo de restauro que será feito, se será feito um restauro total ou não, falam também sobre retirada de parede, e se o projeto vai constar preparação do local para a escola de música e se isto vai constar ou não na instrução de tombamento, o restauro deve ser como bem histórico, neste sentido deve-se pensar no projeto de restauro, durante esta conversa, Jober interrompe para tirar uma dúvida, estamos falando direto do tombamento da escola de musica, qual seria o uso da escola de musica? Nós estamos tombando o uso? Não é? Prof. Euler diz que na farmácia Osvaldo Cruz foi tombado o uso também. Profª Ivone diz que estamos tombando um bem cuja identidade dele é ser escola de musica e é nesse sentido que foi pedido o restauro. A mudança de uso é outro momento que vai ser discutido, deliberado e aprovado pela secretaria, mas o nome do prédio é esse ele é conhecido como escola de música, lembra então do Lord Hotel, ele não é mais hotel, mas o pedido de tombamento esta Lord Hotel, Jober então fala, então mas lá pode ser um prédio residencial, Altamar diz que o Maguary Club foi tombado mas não é mais um clube, a questão que isso faz parte da historicidade da memória da cidade. Euler diz, acho que o seminário proposto aqui está falando de sustentabilidade. O uso é que vai dar sustentabilidade ao bem, se vai manter a musica lá, que ótimo, .mas se for necessário outro uso para a sustentabilidade dele, nós estamos tombando a edificação. Continuam falando sobre como deve constar na instrução de decidem que a palavra é restauro mesmo, Jober diz, de repente eu entendi errado, eu estava entendendo que o que foi colocado aqui como problema é que se estava sendo tombado o edifício e se entraria nesse tom-

bamento inclusive acréscimos que não correspondem ao edifício, acréscimos sem muito valor e tal, e a gente estava engessando isto mas não é isso. Jober coloca em votação, o conselho está de acordo com o tombamento edifício que atualmente abriga a escola de musica Luis Assunção? O conselho aprova por unanimidade. Jober então fala sobre o prédio do português. Ele foi adquirido recentemente por um novo proprietário, não sei qual o nome, é um imóvel de propriedade privada, então eles articularam o desalojamento das pessoas, a informação que eu tenho é que foi feito de forma pacifica, foi negociado com o dono do imóvel ajudando no primeiro aluguel, essa foi a informação que eu tive. E eles nos consultaram se poderiam desviar todas as pessoas num processo de conservação imediata, ou seja, pintura da parte externa, limpar os jardins, tirar a ferrugem das grades e tal. Essa semana a gente recebeu uma denuncia ou uma chamada, de que estariam demolindo a casa do português. Fomos lá com um fiscal autorizado da regional IV e o nosso técnico, o arquiteto da secretaria de patrimônio e os dois, tanto o fiscal da regional IV quanto o nosso arquiteto identificaram que o que está sendo feito lá não configura uma destruição do bem. O que está sendo feito lá são serviços de contenção, retirada de paredes que foram acrescentadas pelas famílias que estavam lá dentro. Então hoje, cinco de março, a informação é essa. Se vai continuar como demolição eu não sei, mas hoje, o que está acontecendo lá, está ok. Profª Ivone pergunta quais funcionários da prefeitura foram lá, Jober responde que pela secretária de Cultura foi o Rômulo e o fiscal da regional quatro ele não sabe o nome, profª Ivone diz que precisa verificar se o fiscal não é o mesmo que permitiu a derrubada da chácara Floro é o mesmo? Por favor, Rômulo, fique atento por favor, que esse cara autorizou a derrubar a chácara flora na calada da noite, num fim de semana. Altamar diz que as vezes, eles fazem isso pra evitar uso capião, tiram quem tá lá, por que aí morreu o prazo. Jober diz que ficou pendente só a aprovação das atas e a eleição dos conselheiros dos representantes do COMPHIC no conselho municipal de cultura. Altamar diz que ele é o representante do COMPHIC no conselho, Jober interrompe e diz que houve reestruturação, é um novo conselho a posse foi semana passada e solicitaram os novos representantes do COMPHIC; Prof. Altamar diz que desfalcou mais do que foi por causa dos horários que sempre coincidiam com o horário que ele está em aula. Faço mea culpa aqui com o pessoal, por não ter acompanhado lá as discussões, mas o que me chateia muito neste CMPC, é por que é uma coisa muito concreta, por que o que se discute lá é valor de edital, e eu gosto mais é de discussão política de cultura, o tipo de discussão que temos aqui não acontece lá. É muito pragmática, sempre relacionada a edital e nunca tem quórum. ENCAMINHAMENTOS: 1) Ao CPHC para que faça as alterações necessárias na Instrução de Tombamento da Escola de Música Luis Assunção, conforme aprovado pelo COMPHIC nesta reunião. 2) Ao CPHC, conforme solicitação do Conselheiro Altamar da Costa Muniz, fotos da Casa do Português, constatando que não há demolição no imóvel. Nada mais havendo a tratar, o coordenador da CPHC, Jober Pinto, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos e, eu Mara Jerlaine de Caldas Etchichury, Secretária Executiva do COMPHIC, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada será por todos os presentes assinada. Fortaleza, 05 de março de 2015. **José Jober de Souza Pinto - COORDENADOR DA CPHC - COORDENAÇÃO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DA SECULTFOR. Euler Sobreira Minuz - MEMBRO TITULAR DA UNIFOR - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. Ivone Cordeiro Barbosa - MEMBRO TITULAR DA UFC - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Eveline Maria Cordeiro Brandão - MEMBRO SUPLENTE DA SEUMA - SECRETARIA DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE DE FORTALEZA. Ana Paula Gomes Bezerra - MEMBRO TITULAR DA ANPUH - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. Pedro Bruno Amorim e Vasconcelos - MEMBRO TITULAR DA OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Antônio Osmídio Teixeira Alencar - MEMBRO SUPLENTE DA PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.**

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FORTALEZA, 26 DE AGOSTO DE 2015

QUARTA-FEIRA - PÁGINA 27

PIO. Alexandre José Martins Jacó - MEMBRO SUPLENTE DO IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO NACIONAL. Altemar da Costa Muniz - MEMBRO TITULAR DA

UECE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. Renato Carvalho Borges - MEMBRO SUPLENTE DA SETFOR - SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA.

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA

PORTARIA Nº 24/2015

Apresenta os nomes dos beneficiários referente ao mês de julho/2015 do Programa Locação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza, nos termos das Leis Municipais nº 9.682/2010, 9.798/2011 e 10.131/2013 e Lei Federal nº 12.527/2011.

A SECRETÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA - HABITAFOR, no uso de suas atribuições legais, resolve. CONSIDERANDO o Decreto nº 12855 de 09 de setembro de 2011, que regulamenta a Lei Municipal 9.682/2010, autorizando o Município de Fortaleza a implantar o programa Locação Social destinado a prover moradia para família de baixa renda, em situação de grave vulnerabilidade social, alterada pelas Leis 9.798/2011 e 10.131/2013, a qual distribui a responsabilidade orçamentária entre os órgãos que executam o referido programa. CONSIDERANDO a responsabilidade da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza em providenciar publicações no Diário Oficial do Município acerca dos beneficiários do programa Locação Social. CONSIDERANDO a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, que trata da necessidade de assegurar o direito fundamental de acesso à informação, devendo os procedimentos serem executados conforme os princípios básicos da administração pública. RESOLVE: Art. 1º - Nos termos do art. 1º, inciso II, da Lei nº 10.131/2013, informar os nomes dos beneficiários da locação social referente ao mês de Julho/2015, conforme anexo, do Programa Locação Social da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Parágrafo Único - As relações dos beneficiários, constantes nos anexos desta portaria, constarão das seguintes informações: nome completo, RG e CPF. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. GABINETE DA SECRETÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE FORTALEZA - HABITAFOR, em 11.08.2015. Publique-se, registre-se e cumpra-se. **Francisca Eliana Gomes dos Santos - SECRETÁRIA DA HABITAFOR.**

ANEXO XX LISTA JULHO 2015 LOCAÇÃO SOCIAL HABITAFOR

N	NOME	RG	CPF	PIS	NIT
1	ADELIA SILVA DE SOUSA	1152732-86	385.357.503-04	-	-
2	ADRIANA BATISTA DE FREITAS	98098026381	001.299.793-50	2121.083.832.1	-
3	ADRIANA GOMES SOUSA	92008013510	018.199.003-20	135.209.691.99.03	-
4	AILA MARIA BARROSO DOS SANTOS	94014006926	382.873.233-04	-	-
5	ALCIDEA DE SOUZA MORAIS	20074079578	189.382.133-15	-	-
6	ALCIDES SOARES LEITE	2007002077360	042544363-94	-	-
7	ALDENORA SILVA DE OLIVEIRA	96007015148	650.117.163-68	-	-
8	ALEXANDRA BARBOSA DE OLIVEIRA	2001010186726	672.693.203-06	134.44321.19-7	-
9	ALINE DOS SANTOS SOUSA	2006009248382	038.520.013-74	-	-
10	ALINE QUEIROZ DA SILVA	2001010533230	004.076.473-76	16133996308-02	-
11	ALVARO LOURENÇO DE OLIVEIRA	97024011331	924.071.373-53	-	-
12	ANA CARINE BARROSO DA SILVA	2000010064290	660.263.853-04	-	-
13	ANA CELIA PEREIRA DE SOUZA	99002269588	651.965.113-34	-	-
14	ANA CICERA SOUZA CHAGAS	2005012009344	048.195.293-40	-	-
15	ANA CLAUDIA BARROS DE LIMA	2006097064769	605.069.643-88	-	-
16	ANA CLAUDIA CASTRO DO NASCIMENTO	2002010524522	018.721.533-21	-	-
17	ANA DE SOUSA BRAGA	95006015308	754.570.913-68	12326995394-03	-
18	ANA ERIKA LIMA DA CONCEIÇÃO	2002010418765	600.089.453-81	-	-
19	ANA GLAUCIA ALCANTARA DA SILVA	2008010082367	761.836.963-15	-	1259729819.3
20	ANA IRIS LEAL DA SILVA	2005097016626	601.237.323-60	-	-
21	ANA KARINA SILVA FERREIRA	99010547338	656.713.253-15	-	-
22	ANA LUCIA RIBEIRO DO NASCIMENTO	98010147757	632.822.673-04	-	-
23	ANA MATILDE PEREIRA E SILVA	2005010078500	062.479.003-76	-	-
24	ANGELA TEMOTEO SANTOS	97024032851	627.422.643-53	-	-
25	ANTONIA ARAUJO BATISTA TEIXEIRA	2005007097966	601.317.823-20	16134025071-01	-
26	ANTONIA CARLOS BARBOSA DE PAULA	94009016978	525.596.700-97	-	-
27	ANTONIA COSTA GOMES	95010031550	021.739.223-78	20725518582	-
28	ANTONIA DA CONCEIÇÃO MARQUES	93002139600	589.515.803-00	603689.0010.44383.2423	-
29	ANTONIA DANIELA BATISTA DA SILVA	2005007058596	061.702.353-06	-	-
30	ANTONIA EDILANE SOUSA DA SILVA	98030013314	013.162.183-17	-	134.305.771.94.02
31	ANTÔNIA EDILEUSA GOMES DA SILVA	2007830480-0	461.890.683-91	-	12517455971
32	ANTÔNIA FRANCISCA DE JESUS	96006025611	633.154.403-87	-	-
33	ANTÔNIA FRANCISCA DOS SANTOS ROCHA	99001006010	567.556.513-20	-	-
34	ANTONIA LEONICE DO NASCIMENTO TEIXEIRA	2000010436295	608.275.663-01	-	-
35	ANTONIA MARCIA DE OLIVEIRA BANDEIRA	2003010143110	011.756.933-08	-	-
36	ANTONIA MARCIA FERREIRA DA SILVA	99007003101	654.842.583-91	-	212.273.573.05
37	ANTONIA MARIA MOREIRA DE ABREU	2008405082-3	421.664.463-53	21229077067-01	-
38	ANTONIA ROSANA PEREIRA DA SILVA	2008010346186	061.849.043-45	-	-
39	ANTONIA SOARES PINTO	94014059450	798.209.133-49	-	-
40	ANTONIO CLEITON PEREIRA LACERDA	93013020552	617.102.963-72	-	-
41	ANTONIO DE ARAUJO	98024041905	003.708.713-40	-	-